

ANEXO VII - PORTARIA DETRAN/RS N.º 249/2021
REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL

Senhor Diretor-Geral do DETRAN/RS, em conformidade com a Portaria DETRAN/RS n.º 249/2021 , encaminho a Vossa Senhoria a solicitação de credenciamento de Leiloeiro Oficial, conforme dados abaixo.

Dados do profissional

Nome:

RG: CPF:

Telefone: E-mail pessoal:

Endereço Residencial :..... n.º

Complemento: Bairro:

Município: CEP:

Número Inscrição JucisRS: **Data Inscrição JucisRS:**/...../.....

Endereço Comercial :..... n.º

Complemento: Bairro:

Município: CEP:

Telefone comercial: E-mail comercial:

DECLARO , sob as penas da lei: **1)** que até a presente data inexistem fatos impeditivos para minha habilitação neste credenciamento, na forma da Portaria DETRAN/RS n.º 249/2021 e da legislação em vigor, em especial o disposto no Decreto Federal n.º 21.981/1932, a Instrução Normativa n.º 17/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração e Lei Estadual n.º 15.593/21, e que estou ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores; **2)** que, em obediência ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprego menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso, nem menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos; **3)** que não sou servidor, bem como não sou cônjuge ou companheiro ou tenho parentesco até o segundo grau com servidores do DETRAN/RS; **4)** que cumpro requisitos técnicos, a fim de viabilizar Leilão virtual de veículos, na forma da Portaria DETRAN/RS n.º 249/2021 ; **5)** que detenho a propriedade, posse, cessão e/ou direito de uso de sistema ou sistemas informatizados que permitam a realização dos serviços nas condições estabelecidas na Portaria DETRAN/RS n.º 249/2021; **6)** ser conhecedor das leis, normas, portarias e regulamentos da Autarquia que disciplinam minha atividade; **8)** não estabelecer com o DETRAN/RS qualquer relação trabalhista; **9)** compromisso de veracidade das informações prestadas e da autenticidade dos documentos fornecidos, inclusive de guarda, por cinco anos, dos documentos comprobatórios originais, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Nestes termos, peço deferimento.

Data:/...../.....

Assinatura do Leiloeiro